



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 5

Atena
Editora

Ano 2019



Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

5

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 5 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-306-4

DOI 10.22533/at.ed.064190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 5” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO PEDAGOGO: AÇÕES ARTICULADAS AO PIBID PEDAGOGIA-UEL	
Viviane Aparecida Bernardes de Arruda Ana Claudia Fernandes Lopes Emily Francisco Leandro Anilde Tombolato Tavares da Silva Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0641903041	
CAPÍTULO 2	10
CONSIDERAÇÕES SOBRE RELEVÂNCIA AVALIATIVA E REFORMA NA EDUCAÇÃO A PARTIR DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO	
Thiago Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0641903042	
CAPÍTULO 3	21
CONSTRUÇÃO DA DOCENCIA DESAFIOS E OPORTUNIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS - MARANHÃO	
Tyciana Vasconcelos Batalha Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira Waléria Lindoso Dantas Assis	
DOI 10.22533/at.ed.0641903043	
CAPÍTULO 4	30
CONTEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA MODALIDADE EJA NA E.E.E.F.M. JOÃO CAETANO NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB	
Pedro Nogueira da Silva Neto Polyana de Brito Januário Hevelyne Figueiredo Pereira Adrielen Moraes Corti Marluce Pereira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0641903044	
CAPÍTULO 5	36
CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UMA REVISÃO	
Nathalia da Silva Santos Clarissa Maria Dubeux Lopes Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0641903045	
CAPÍTULO 6	43
CONTRIBUIÇÕES DE MICHAEL POLANYI PARA A EDUCAÇÃO	
Silmara Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0641903046	

CAPÍTULO 7	54
CORRELAÇÃO DE DESPESAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS COMO INDICADORA DE MODELOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Altieres Frances Silva Marcio Colombo Fenille	
DOI 10.22533/at.ed.0641903047	
CAPÍTULO 8	75
CORRIDA DE ORIENTAÇÃO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA TRANSDISCIPLINAR DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO	
Lívia dos Reis Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.0641903048	
CAPÍTULO 9	88
CORTESIA VERBAL E DIÁLOGO NA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNOS: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CLIMA RELACIONAL SIGNIFICATIVO PARA A APRENDIZAGEM	
Giovanna Wrubel João Arthur de Araújo Thyanne Lima da Silva Aluma Drieli Fatareli	
DOI 10.22533/at.ed.0641903049	
CAPÍTULO 10	100
CROMOSSOMOS RECICLADOS E CONSTRUCT 2: UMA PROPOSTA ARTICULADA E INTERATIVA PARA A APRENDIZAGEM DE CONCEITOS BÁSICOS DE GENÉTICA	
Walter Barbosa Ferreira Darlene Camati Persuhn	
DOI 10.22533/at.ed.06419030410	
CAPÍTULO 11	108
CULTIVO DE PLANTAS NAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Danielle Feijó de Moura Dayane de Melo Barros Marllyn Marques da Silva Silvio Assis de Oliveira Ferreira Márcia Maria da Silva Claudinelly Yara Braz dos Santos Maurília Palmeira da Costa Maria das Graças Rodrigues da Silva Tamiris Alves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.06419030411	
CAPÍTULO 12	113
CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UM GRUPO DE ESTUDOS	
Adriano Aparecido Cerqueira Ingrid Selegrin Keitelin Monique Teixeira Sergio Henrique Gerelus	
DOI 10.22533/at.ed.06419030412	

CAPÍTULO 13	123
CURRÍCULO E SEUS PRESSUPOSTOS: ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL	
Mônica Angélica Barbosa de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.06419030413	
CAPÍTULO 14	133
CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES NA MODALIDADE EAD: O TRABALHO DO CEAD DO IFFAR <i>CAMPUS</i> SANTA ROSA E DOS POLOS EAD	
Franciele Meinerz Forigo Graciele Hilda Welter Morgani Mumbach	
DOI 10.22533/at.ed.06419030414	
CAPÍTULO 15	143
DA FÍSICA À PRÁTICA EM CONJUNTO MUSICAL: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE O ENSINO DA ACÚSTICA E A EDUCAÇÃO MUSICAL NA EJA	
Renan Luís Balzan Elisa da Silva e Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.06419030415	
CAPÍTULO 16	155
DA PRÁTICA AO RESULTADO: A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DO OLHAR DO PROFESSOR	
Sílvio César Lopes Silva Cássia de Sousa Silva Nunes José Robson Nunes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.06419030416	
CAPÍTULO 17	164
DE PROFESSORAS A DIRETORAS: FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA ESCOLAR NOS ANOS 1910 A 1933	
Mariane Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06419030417	
CAPÍTULO 18	177
DEFICIÊNCIA VISUAL: A INCLUSÃO DO ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DOS ALUNOS	
Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simone Ferreira Conforto Geísa Pinto Pereira Iransy Gomes Barros	
DOI 10.22533/at.ed.06419030418	
CAPÍTULO 19	189
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR	
Cleoneide Moura Nascimento Sônia Ronilda de Sales Dutra Faruk Maracajá Napy Charara	
DOI 10.22533/at.ed.06419030419	

CAPÍTULO 20	200
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA FACILITADORA PARA OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE CROMOSSOMOS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.06419030420	
CAPÍTULO 21	207
DESENVOLVIMENTO DE UMA CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO NO FORMATO DE APLICATIVO MÓVEL E SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA AUXÍLIO NO ENSINO DE BOTÂNICA SISTEMÁTICA	
Joilson Viana Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06419030421	
CAPÍTULO 22	213
DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE OBJETOS PEDAGÓGICOS PARA SUPORTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Saul Eliahú Mizrahi	
Gil Fernandes da Cunha Brito	
Janete Rocha Cícero	
Gabriel Schonwandt Mendes Ferreira	
Felipe Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.06419030422	
CAPÍTULO 23	224
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO POSSIBILITAR A MUDANÇA EDUCACIONAL?	
Letícia dos Santos Carvalho	
Thays Suelen de Moraes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.06419030423	
CAPÍTULO 24	234
<i>DESIGN FOR ASSISTIVE TECHNOLOGY</i> APLICADO NO ESTUDO DE CASO DE ESTRUTURAÇÃO DE AMBIENTE COM ACESSIBILIDADE	
Maria Lucia Miyake Okumura	
Osiris Canciglieri Junior	
DOI 10.22533/at.ed.06419030424	
CAPÍTULO 25	247
DEVELOPMENT AND APPLICATION OF PEDAGOGICAL TOOL FOR OPTIMIZATION OF KNOWLEDGE ABOUT PHYSIOPATHOLOGIES INVOLVING ENERGY METABOLISM	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
Marcos Vinícios Ferreira de Sá	
Danylo Manoel do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.06419030425	

CAPÍTULO 26	257
DEZ ANOS DO SAEPE: O QUE DIZEM OS RESULTADOS EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO, EM MATEMÁTICA, DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ MARIANO?	
Tiago Lopes de Araújo Lucas Lopes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.06419030426	
CAPÍTULO 27	268
DIFICULDADE NA LEITURA E NA ESCRITA: INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PSICOMOTOR	
Maria Robevânia das Virgens Luis Antonio Ayala Silvera	
DOI 10.22533/at.ed.06419030427	
CAPÍTULO 28	280
DISCIPLINA DE GAME-BASED LEARNING NO MESTRADO EM ENSINO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE	
Gabriela Eyng Possolli Patricia Maria Forte Rauli	
DOI 10.22533/at.ed.06419030428	
CAPÍTULO 29	299
DISCUTINDO A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNESP BAURU	
Ana Beatriz Momesso Franco Thaís Cristina Rodrigues Tezani	
DOI 10.22533/at.ed.06419030429	
CAPÍTULO 30	311
DISTINÇÃO ENTRE A GEOMETRIA PLANA E A GEOMETRIA ESPACIAL ATRAVÉS DE ATIVIDADES BASEADAS EM SITUAÇÕES DO COTIDIANO DO ALUNO	
José Edivam Braz Santana	
DOI 10.22533/at.ed.06419030430	
CAPÍTULO 31	320
DIVERSIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL: DESVELANDO OS EFEITOS DE SENTIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS	
Demóstenes Dantas Vieira Antônio Soares Júnior da Silva Efraim de Alcântara Matos	
DOI 10.22533/at.ed.06419030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	330

CORRELAÇÃO DE DESPESAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS COMO INDICADORA DE MODELOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR

Altieres Frances Silva

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Gestão e Negócios
Uberlândia – MG

Marcio Colombo Fenille

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Matemática
Uberlândia – MG

RESUMO: Este trabalho propõe a análise de correlação como um meio para identificar os diferentes modos utilizados na gestão dos recursos públicos em universidades federais. Foram selecionadas para o estudo seis universidades do estado de Minas Gerais, tendo-se obtido por meio do Portal da Transparência Pública os dados referentes às despesas incorridas registradas por essas instituições no período de 2012 a 2016. Optou-se por analisar o grupo “outras despesas correntes” e quatro de seus elementos de despesa: auxílio financeiro a estudantes; locação de mão-de-obra; material de consumo; e passagens e despesas com locomoção. Por meio da análise de correlação, identificou-se que os elementos de despesa escolhidos não seguiram as variações do orçamento. Há elementos de despesa que cresceram mesmo com a diminuição dos recursos e outros que decresceram ainda

que tenha havido o aumento desses. Propõe-se, assim, que essas variações indicam uma orientação dos gestores para o gasto com determinados fins, em detrimento de outros, concluindo-se que é possível utilizar a análise de correlação para identificar essas orientações. Para estudos futuros, sugere-se aprofundar a análise, verificando até que ponto as variações são de responsabilidade das universidades, como resultado de sua autonomia financeira e administrativa, e quanto se refere a recursos vinculados, caracterizando-se, nesse caso, um modo de gestão da administração direta, e não necessariamente das universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Despesas públicas. Universidade. Gestão de recursos.

Correlation of expenses of Federal Universities as indicator of higher education models

CORRELATION OF EXPENSES OF FEDERAL UNIVERSITIES AS INDICATOR OF HIGHER EDUCATION MODELS

ABSTRACT: This paper proposes the correlation analysis as a means to identify the different modes used in the management of federal public university resources. Six universities in the state of Minas Gerais were selected for the study. The data on the expenses incurred by these institutions during the period from 2012 to 2016 were obtained through the Public Transparency Portal. It was decided to analyze

the group “other current expenses” and four of its elements of expenditure: Financial aid to students; Rental of labor; Consumables; and Tickets and Travel expenses. Through the correlation analysis, it was identified that the expenditure elements chosen did not follow the variations of the budget. There are elements of expenditure that have increased even with the decrease of resources and others that have decreased even though there has been an increase in these. It was proposed, therefore, that these variations indicate a guideline of the managers for the spending with certain ends, to the detriment of others, concluding that it is possible to use the analysis of correlation to identify these orientations. For future studies, it is suggested to deepen the analysis, verifying to what extent the variations are the responsibility of the universities, as a result of their financial and administrative autonomy, and as far as related resources are linked, being characterized, in this case, a way of Management of direct administration, not necessarily universities.

KEYWORDS: Public expenditure. Universities. Resource management.

1 | INTRODUÇÃO

Em tempos de crise econômica, não é uma situação inusitada a busca do Governo pela desaceleração das despesas públicas, com a contenção do orçamento. Nesse contexto, órgãos e entidades públicas precisam lidar com a diminuição no valor real de seus recursos, ou até mesmo com uma diminuição nominal quando comparado ao orçamento do ano anterior.

Além da contenção ou da diminuição do orçamento, situações essas que são previamente conhecidas por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), há ainda as situações de contingenciamento. Desse modo, cabe aos gestores públicos tornar a utilização dos recursos o mais eficiente possível, por meio de outras ferramentas de planejamento e controle que vão além da LOA.

Sobre a definição de eficiência na gestão das organizações, Chiavenato (2014, p.62) afirma que ela “está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas, a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível”. Tal conceito faz-se atualmente tão presente na gestão das entidades públicas, que a eficiência foi inserida no art. 37 da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 19/98, como um princípio a ser obedecido pela administração pública direta e indireta de todos os poderes e entes da União. Assim, a melhor – e correta – utilização dos recursos, os quais devem se orientar para a consecução dos objetivos e metas das organizações, é para os gestores públicos não somente um conceito aplicável ao seu trabalho como uma obrigação constitucional, pois “mesmo que as regras de mercado não sejam aplicáveis ao setor público, é possível a maximização dos resultados” (ALONSO, 1999, p. 41).

A doutrina do Direito Administrativo classifica os serviços públicos em diferentes

tipos, ou modalidades, sendo um desses os serviços públicos sociais, definidos por Alexandrino e Paulo (2010, p. 636) como “todos os que correspondam a atividades pertinentes ao art. 6.º e ao Título VIII da Constituição de 1988.” São exemplos os serviços de educação e saúde. Os autores afirmam que tais serviços são “de prestação obrigatória pelo Estado, que os presta como serviço público, portanto, sob regime jurídico de direito público” e são “prestados por órgãos e entidades integrantes da administração pública.” Para essas entidades, o planejamento e a perícia para lidar com problemas usuais da execução orçamentária, de modo a se afastar o menos possível do planejado, torna-se ainda mais essencial. Isso porque, em regra, a demanda por serviços públicos sociais é crescente.

Nesse sentido, o presente artigo propõe-se a analisar o comportamento das despesas de algumas das universidades federais do estado de Minas Gerais no período de 2012 a 2016. Inicialmente, demonstrar-se-á a flutuação das despesas ao longo desses anos. Em seguida, serão selecionadas algumas das contas classificadas como outras despesas correntes (quais sejam: auxílio financeiro a estudantes, locação de mão-de-obra, material de consumo e passagens e despesas com locomoção), e, por meio da análise de correlação de Pearson, verificar-se-á o grau de relação entre os saldos dessas contas e o saldo total do grupo “outras despesas corrente”, para cada ano.

Assim, pretende-se identificar a estratégia adotada pelas universidades para tratar a variação do orçamento, observando se determinados elementos de despesa tiveram crescimento independentemente da variação total das despesas e em detrimento de outras despesas. Acredita-se, com isso, que se possa propor que essas correlações sejam um retrato da forma como são geridos os recursos nas universidades selecionadas. Por exemplo, um aumento constante com auxílio financeiro a estudantes, mesmo em anos em que há diminuição dos recursos, pode indicar uma política da Universidade em que ela preza por fornecer tais auxílios, dispondo-se a reduzir os gastos com outros elementos de despesas.

O trabalho encontra-se dividido em cinco seções: a presente introdução, o referencial teórico, a metodologia utilizada na pesquisa, a análise dos resultados obtidos e as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados conceitos teóricos e informações necessárias para a contextualização do tema abordado nesta pesquisa. Ela encontra-se dividida em três subseções: As Universidades Federais; Orçamento Público; e Execução Financeira e Orçamentária.

2.1 As universidades federais

A Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define em seu art. 43 que o ensino superior tem por finalidade, dentre outras, a formação nas diferentes áreas do conhecimento; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica; a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; e a promoção da extensão, visando levar à comunidade as conquistas culturais, científicas e tecnológicas.

As universidades federais são as instituições de ensino superior pertencentes à administração pública indireta e são constituídas na forma de autarquia ou fundação pública. Pertencem à administração indireta as entidades que “exercem de forma descentralizada as atividades administrativas ou exploram atividade econômica, e encontram-se vinculadas aos órgãos da administração direta (ao Ministério correspondente)” (PALUDO, 2015, p. 42).

O art. 5º, inciso I, do Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da administração federal, define as autarquias como sendo “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.” Mello (2009, p. 160) sintetiza o conceito de autarquia como “pessoas jurídicas de Direito Público de capacidade exclusivamente administrativa”. Para Di Pietro (2014, p. 500), uma vez que são constituídas como pessoa jurídica, são titulares “de direitos e obrigações próprios, distintos daqueles pertencentes ao ente que as instituiu; sendo públicas, submetem-se a regime jurídico de direito público, quanto à criação, extinção, poderes, prerrogativas, privilégios, sujeições”.

Quantos às fundações públicas, conquanto o Decreto nº 200/67 afirme que elas são de direito privado, Mello (2009, p. 183) entende o contrário, declarando que são de direito público, pois “se lhe atribui a titularidade de poderes públicos, e não meramente o exercício deles, e disciplinou-a de maneira a que suas relações sejam regidas pelo direito público, a pessoa será de direito público”. O autor esclarece ainda que a Constituição Federal de 1988 deixou claro que as fundações públicas são de direito público, uma vez que determina que seus servidores submetem-se ao teto remuneratório. Destaca, por fim, que “as chamadas fundações públicas são pura e simplesmente autarquias, às quais foi dada a designação correspondente à base estrutural que têm” (Mello, 2009, p. 183). Desse modo, tem-se utilizado o termo fundação autárquica para se referir às fundações públicas, dada suas semelhanças formais e materiais. Tanto as autarquias quanto as fundações públicas são detentoras de patrimônio próprio e gozam de autonomia administrativa e financeira.

Conforme mencionado anteriormente, as universidades federais são constituídas como autarquias ou fundações públicas. O art. 207 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa

e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” O art. 54 da Lei nº 9.394/96, em seu parágrafo 1º, reafirma a autonomia das universidades ao declarar que elas poderão, dentre outros pontos:

(...) III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor; IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais; V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento; VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos; VII- efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

Nos últimos anos, o quantitativo de universidades federais, bem como o de pessoas no ensino superior, cresceu consideravelmente. De acordo com dados do Fórum Nacional de Educação (2013, p. 67), o percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram o ensino superior subiu de 7,1% em 1997 para 12,1% em 2004, aumentando para 17,6% em 2011. Nesse sentido, de 2002 a 2014, o número de universidades federais subiu de 45 para 63, sendo que, ao final desse período, 17% das matrículas em cursos de graduação presenciais advieram das universidades e institutos federais, conforme divulgado pelo Censo da Educação Superior de 2014 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Dessa maneira, as universidades federais desempenham um importante papel, não somente na educação superior como também na pesquisa científica e na extensão, sendo crescente a demanda pelos serviços prestados por elas.

2.2 Orçamento público

O orçamento público pode ser definido como “o ato pelo qual o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo por certo período, e em pormenor, às despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica do país, assim como a arrecadação das receitas criadas em lei” (BALEIRO, 2010, p. 521). Enquanto o Poder Executivo propõe programas e políticas públicas, apresentando o cálculo da previsão das receitas a serem arrecadadas e das despesas necessários ao cumprimento das ações, o Poder Legislativo os autoriza, de modo a tornar o orçamento legal e legítimo.

Sobre a importância do orçamento para a gestão das instituições, Pires e Motta (2006, p. 23) afirmam que ele é um instrumento “capaz de orientar as decisões que devem ser tomadas no sentido de alcançar os objetivos pretendidos, através da materialização das ações pensadas e programadas para um período determinado”. Desse modo, encontra-se indissociável do planejamento, sendo não só um meio para planejar como também para controlar.

A Constituição Federal de 1988 definiu, em seu art.165, três instrumentos relativos ao orçamento público, e que são leis de iniciativa do Poder Executivo, sendo aplicáveis a todas as esferas: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. O plano plurianual (PPA) estabelece de forma regionalizada, de acordo com o parágrafo 1º do referido artigo, “as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. Esse plano, que possui vigência de quatro anos, é, conforme Paludo (2015, p. 95):

o instrumento legal de planejamento de maior alcance no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do Governo. Ele traduz, ao mesmo tempo, o compromisso com os objetivos e a visão de futuro, assim como a previsão de alocação dos recursos orçamentários nas funções de Estado e nos programas de Governo.

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO), por sua vez, é responsável por definir as metas e prioridades da administração pública, orientando a elaboração da lei orçamentária anual (CF, art. 165, § 2º). Com vigência de um ano, a LDO “seleciona os programas do PPA que deverão ser contemplados na lei orçamentária correspondente” (PALUDO, 2015, p.85).

Por fim, a lei orçamentária anual (LOA) estabelece a origem e a aplicação dos recursos a serem geridos no ano a que se refere. A Lei Complementar nº 101/01 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, determina que a LOA seja “elaborada de forma compatível com o plano plurianual” e com a lei de diretrizes orçamentárias. É composta por três orçamentos: o orçamento fiscal, “referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público” (CF, art. 165, § 5º, inciso I); o orçamento de investimentos no que tange as “empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto” (CF, art. 165, § 5º, inciso II); e o orçamento da seguridade social, “abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público” (CF, art. 165, § 5º, inciso III).

2.3 Execução Financeira e Orçamentária

A execução financeira e orçamentária é o processo de aplicação da LOA, com a arrecadação das receitas e a realização das despesas. Uma execução encontra-se atrelada a outra, “pois, havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Por outro lado, pode haver recurso financeiro, mas não se poderá gastá-lo, se não houver a disponibilidade orçamentária” (MENDES, 2015, p. 94).

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu art. 8º que o Poder Executivo estabelecerá, no prazo de trinta dias após a publicação dos orçamentos, a programação

financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Para Mendes (2015, p. 345), a programação orçamentária e financeira “consiste na compatibilização dos fluxos de pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando o ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação”.

Essa programação é definida por meio de decreto e busca o equilíbrio das contas públicas ao fixar limite para a emissão de empenhos, a fim de se evitar um gasto maior que a arrecadação. Paludo (2015, p. 300) destaca que “a programação financeira é dinâmica e no decurso do exercício financeiro pode apresentar variações”. Tal situação apresenta-se como um desafio na gestão das entidades, que têm de planejar suas ações na incerteza de recursos. O mesmo autor ressalta que, “ao mesmo tempo em que fixa esses limites, o decreto não indica quais os programas ou despesas que, no início do exercício, não poderão ser executados, permitindo assim ao gestor avaliar e priorizar os gastos de acordo com os novos limites”. (PALUDO, 2015, p. 298).

A realização da receita é acompanhada com o objetivo de verificar se a arrecadação estimada está se concretizando. Caso verifique-se, ao final de um bimestre, que a realização da receita não acompanha o cumprimento das metas de resultado, há limitação de empenhos e de movimentação financeira, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 9º). Caracteriza-se, assim, a situação de contingenciamento, conceituada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2015) como “o retardamento ou, ainda, a inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas”. Sobre esse assunto, Paludo (2015, p. 303) afirma que o contingenciamento:

É ótimo para se atingir a meta fiscal, mas é péssimo quando se trata de gestão. Em função dessa limitação, muitos projetos importantes para a comunidade e para a Nação deixarão de ser executados e o planejamento tornar-se-á distante da realidade, gerando desestímulo ao gestor que planejou adequadamente o atendimento das demandas em prol da sociedade.

Seguindo o entendimento de que os obstáculos na execução do orçamento são empecilhos a uma boa gestão, Mendes (2008, p. 42) constata que “o sistema orçamentário brasileiro é dominado pelas ações de curto prazo, inexistindo um efetivo sistema de planejamento de médio e longo prazo para as políticas do Governo Federal”, sendo o plano plurianual tratado, tão somente, como uma formalidade de caráter burocrática, “conduzida a reboque da execução cotidiana do orçamento”.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida apresenta-se como sendo de natureza descritiva, exploratória e bibliográfica. Por meio de dados obtidos no Portal da Transparência do Governo Federal, e após a organização desses dados e subsequente tratamento

estatístico, foi realizada a análise do comportamento das despesas de algumas das universidades de Minas Gerais no período de 2012 a 2016. Além disso, verificou-se a correlação de alguns elementos de despesa classificadas no grupo “outras despesas correntes” em comparação ao total gasto com este grupo, a fim de propor a possibilidade de que as variações nesses elementos de despesa são um reflexo do modo de gestão dos recursos, em que se priorizam determinadas despesas correntes em detrimento de outras. Optou-se por utilizar esse grupo de despesa por ele possuir menos recursos vinculados, sendo possível ao gestor gerenciá-los de acordo com objetivos institucionais. Para a organização dos dados e a elaboração de gráficos e tabelas, utilizou-se *software* editor de planilhas eletrônicas.

Sendo uma pesquisa descritiva, ela “tem como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômenos” (GIL, 2002, p.131). Adicionalmente, Freitas e Prodanov (2013, p. 52) afirmam que esse tipo de pesquisa “procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”. A presente pesquisa caracterizou-se como descritiva ao analisar os dados obtidos.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica analisa materiais já publicados e foi utilizada, em especial, na elaboração da introdução e do referencial teórico. De acordo com Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Na medida em que há a formulação da hipótese de que a correlação entre determinados elementos de despesa e o quantitativo total de despesas do período pode indicar um modelo de gestão dos recursos, a pesquisa caracteriza-se ainda como exploratória. São, para Lakatos e Marconi (2003, p. 188):

investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

De modo similar, Freitas e Prodanov (2013) afirmam que a pesquisa exploratória possui a capacidade de orientar na fixação dos objetivos, na formulação de hipóteses ou na descoberta de um novo enfoque para determinado assunto. Gil (2002, p. 27) complementa declarando que esse tipo de pesquisa tem por finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Quanto à obtenção dos dados, optou-se por selecionar universidades federais do estado de Minas Gerais. Das 63 universidades federais do país, 11 situam-se no referido estado, ou seja, 17% delas. Dentre essas 11, seis foram selecionadas, o que representa aproximadamente 54%. Objetivou-se, tanto quanto possível, a escolha de universidades das diferentes regiões do estado, tendo sido selecionadas:

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de gerar maior clareza no entendimento das informações, esta seção foi subdividida em três partes. A primeira delas destina-se à análise das despesas totais das universidades no período e para a análise do grupo referente às outras despesas correntes. A segunda parte verificará elementos específicos do grupo “outras despesas correntes”. A terceira parte, por sua vez, destinar-se-á a análises de correlação quanto às informações obtidas.

4.1 Análises das despesas totais e das “outras despesas correntes”

No período de 2012 a 2016, o total de despesas das universidades selecionadas teve variações consideráveis de ano para ano. A Figura 1 retrata essas oscilações em termos percentuais:

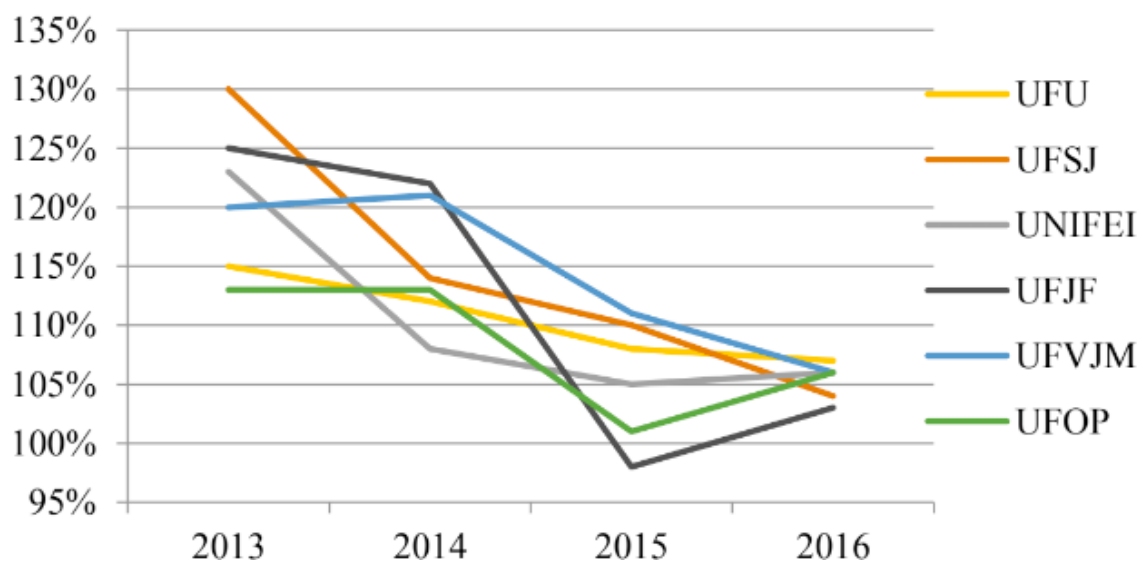


Figura 1: Evolução percentual das despesas - Por universidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que em 2013 as despesas, quando comparadas a 2012, começam a sofrer quedas. A diminuição mais notável foi nos gastos da UFJF, a única que em determinado ano – 2015 – gastou menos que no ano anterior. As demais universidades, mesmo com fortes reduções em seus gastos, mantiveram aumentos nominais, ainda que decrescentes. A UFU foi a universidade que menos sofreu variação de um ano

para o outro, experimentando uma redução mais linear em suas despesas. As quedas bruscas no orçamento impactam significativamente na prestação dos serviços públicos e de modo mais agressivo que uma diminuição constante, sendo possivelmente um agravante na gestão de entidades com recursos em situação decrescente.

Na classificação das despesas públicas, o grupo de natureza de despesas (GND) agrega os diversos elementos que possuem as mesmas características quanto ao objeto, dividindo-se em: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida. Tem-se nas universidades em análise três desses grupos: investimentos, pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes. Este último grupo é o objeto de análise no presente trabalho. A Figura 2 apresenta o comportamento do referido grupo, por universidade, ao longo do período:

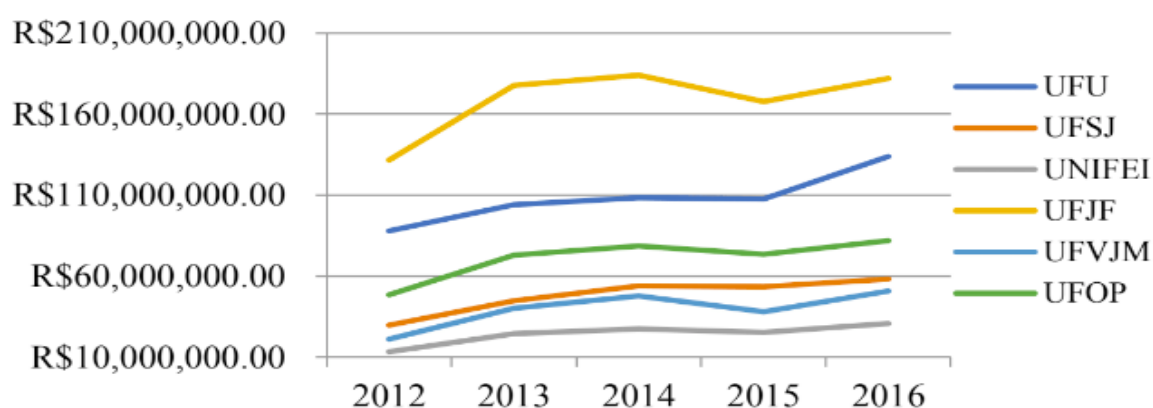


Figura 2: Evolução de “Outras Despesas Correntes” - por Universidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao visualizar o gráfico, percebe-se um padrão similar no comportamento do grupo “outras despesas correntes” em todas as universidades. Em 2013, houve um aumento mais acentuado desse GND na UNIFEI e na UFVJM, que gastaram 84% e 91% a mais que em 2012, respectivamente. De 2013 para 2014, o crescimento para todas as universidades foi mais discreto, tendo os maiores crescimentos percentuais ocorridos na UFSJ, com um gasto 21% superior a 2013, e na UFVJM, com 19%. Em 2015, todas as universidades gastaram menos que em 2014 em relação a esse GND. As maiores quedas foram na UFVJM, que gastou 21% menos que em 2014, e na UFJF, com um saldo 9% menor. Por fim, em 2016 verifica-se novamente o crescimento, com destaque para a UFVJM, com despesas 34% superiores a 2015, e para a UFU, com aumento de 24%. Esta universidade, novamente, foi a que manteve as despesas de modo mais constante ao longo do período.

4.2 Análises de elementos do grupo “outras despesas correntes”

Elementos de despesa são partes componentes dos grupos de natureza de despesa. De acordo com o Manual Técnico do Orçamento de 2017 (Ministério do

têm por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a Administração Pública utiliza para a consecução de seus fins.

Nesta pesquisa, optou-se por selecionar os seguintes elementos de despesa, os quais, na subseção seguinte, serão analisados por meio de correlação para a verificação da hipótese proposta: auxílio financeiro a estudante, locação de mão-de-obra, material de consumo e passagens e despesas com locomoção.

O auxílio financeiro a estudantes refere-se a dispêndios para a manutenção de discentes nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, inclusive quanto aos auxílios para a sua permanência na universidade. Engloba, por exemplo, o pagamento de bolsa moradia, bolsa para transporte intermunicipal, bolsa por participação em projetos de extensão, bolsa permanência e bolsa para monitoria em disciplinas. A Figura 3 apresenta o comportamento desse elemento de despesa ao longo do período:

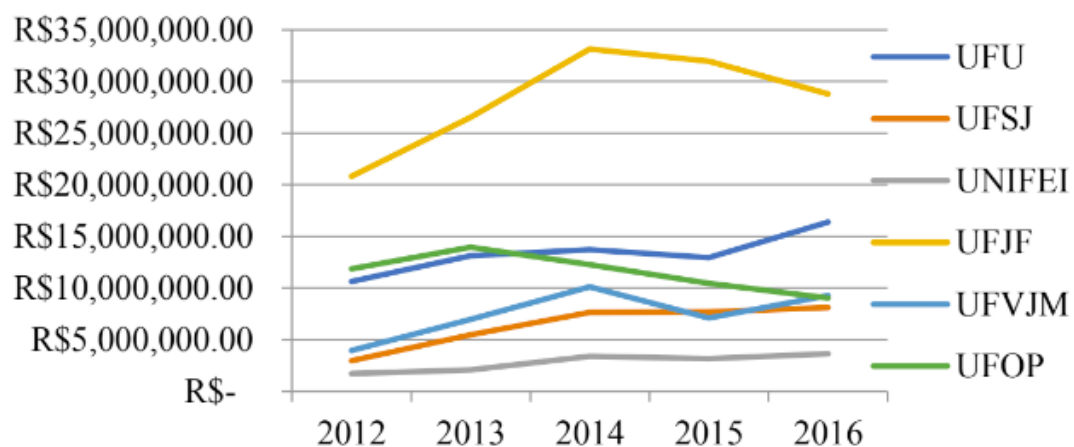


Figura 3: Despesas com Auxílio Financeiro a Estudantes

Fonte: Elaborado pelos autores.

Até 2013, os gastos foram crescentes, com destaque para a UFSJ e UFVJM, as quais gastaram 83% e 76% a mais, respectivamente, com auxílio financeiro a estudantes quando comparado a 2012. Com exceção da UFOP, em 2014 as universidades mantiveram o crescimento com esse elemento de despesa, porém em percentuais menores – à exceção da UNIFEI, que gastou mais que em 2013; o aumento foi de 65%. Na UFOP houve queda de 12%, tendo sido a única a gastar menos que em 2013. Em 2015 a diminuição com essas despesas fez-se evidente: todas as universidades gastaram menos que em 2014, com exceção do crescimento de 1% na UFSJ. A maior

queda foi de 30%, ocorrida na UFVJM. Em 2016, as despesas voltaram a crescer na maioria das universidades, destacando-se o crescimento de 31% na UFVJF e de 27% na UFU, em comparação a 2015. Porém, a UFOP e a UFJF mantiveram a trajetória de queda, gastando 14% e 10% menos que em 2015, respectivamente.

Quanto às despesas com locação de mão-de-obra, referem-se a diversos serviços contratados de terceiros, muitos dos quais são essenciais para a manutenção dos *campi* e de outras áreas utilizadas pelas universidades, tais como: vigilância, segurança, transporte, limpeza e conservação do patrimônio. No período analisado, a UFVJM não registrou nenhum valor nesse elemento de despesa, podendo indicar que utilizou alguma outra rubrica para essa finalidade. Para as demais universidades, a Figura 4 retrata o comportamento desse elemento:

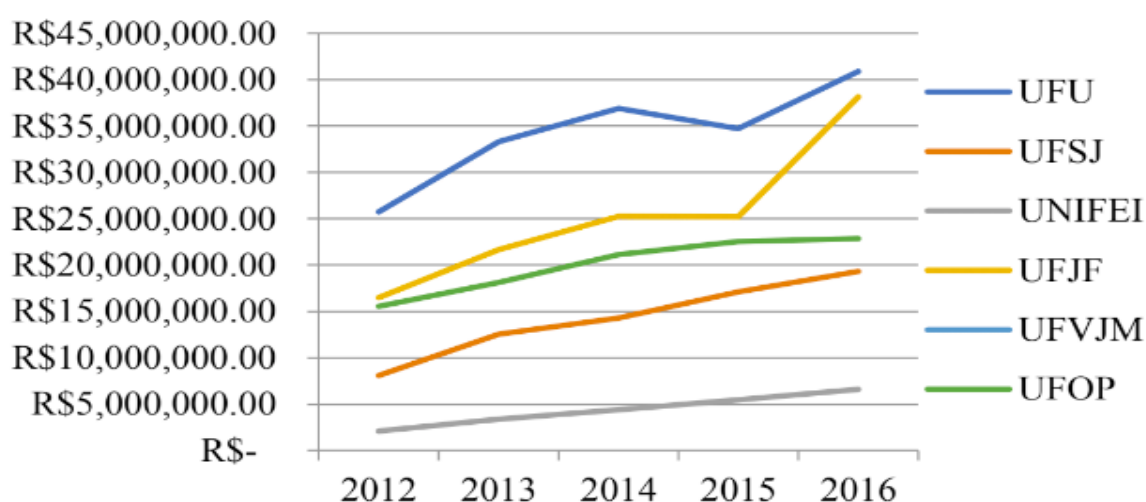


Figura 4: Despesas com Locação de mão-de-obra

Fonte: Elaborado pelos autores.

Há, para todas as universidades analisadas, uma tendência de crescimentos nos gastos com locação de mão-de-obra. De 2012 para 2013, destaca-se o aumento de 62% na UNIFEI e de 55% na UFSJ; a única com crescimento inferior a 20% foi a UFOP (17%). De 2013 para 2014, nota-se um crescimento menor para todas as universidades, sendo que a única que registrou aumento superior a 20% foi a UNIFEI (29%). Em 2015, a UFU foi a única que gastou menos que em 2014 – a redução foi de 6%. Os maiores crescimentos naquele ano foram registrados na UNIFEI (25%) e na UFSJ (20%). No ano de 2016, houve crescimento dessa despesa em todas as universidades, variando de 1% a 20%, com exceção da UFJF, em que houve um aumento de 51% em comparação a 2015.

Por sua vez, as despesas com material de consumo abrangem os gastos com materiais consumidos na prestação dos serviços. São os mais diversos, tais como: lâmpadas, ferramentas, papel, luvas, reagentes químicos, “material de escritório”, combustível, materiais pedagógicos. A Figura 5 apresenta as despesas do período

com materiais de consumo:

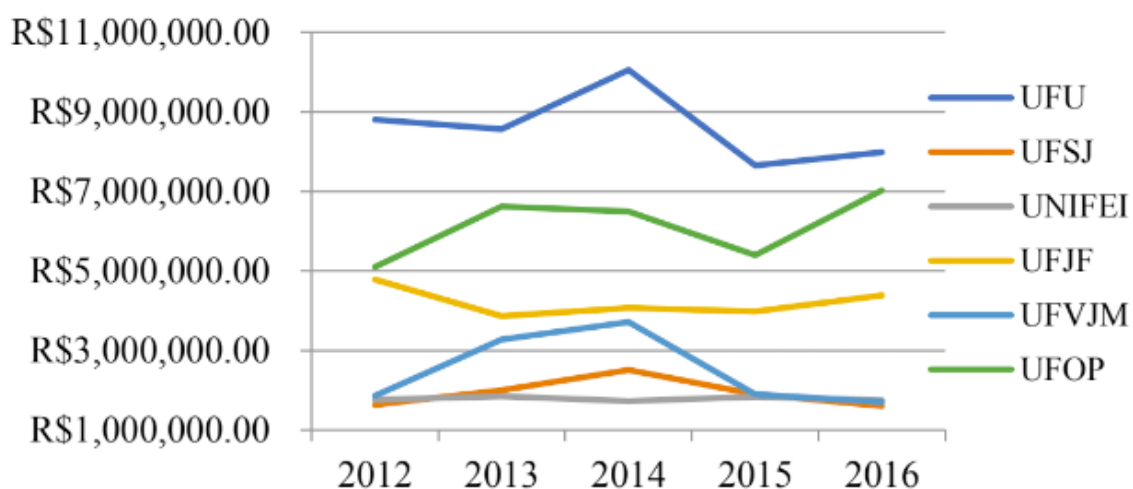


Figura 5: Despesas com Material de Consumo

Fonte: Elaborado pelos autores.

No ano de 2013, a UFJF e a UFU gastaram 19% e 3% menos, respectivamente, com esse elemento de despesa em comparação ao ano de 2012. Nas demais universidades houve aumentos, com destaque para crescimento de 76% na UFVJM. Em 2014, foi a vez da UNIFEI e da UFOP gastarem menos que em 2013 – a queda foi de 7% e 2%, respectivamente. Nas demais universidades, o crescimento variou de 5% (UFJF) a 25% (UFSJ). Já em 2015, a única universidade que apresentou crescimento em comparação a 2014 foi a UNIFEI, com um gasto 6% maior. Nas outras universidades, a redução variou de 2% (UFJF) a 49% (UFVJM). A ausência de um padrão nos gastos com esse elemento de despesa também foi percebida em 2016. Enquanto houve um crescimento na UFU, na UFJF e na UFOP, de 4%, 10% e 30%, respectivamente, registrou-se queda nas despesas da UFSJ (15%), UFVJM (11%) e UNIFEI (5%).

Por fim, o elemento de despesa denominado “passagens e despesas com locomoção” refere-se, basicamente, aos gastos com passagens aéreas e rodoviárias. Essa despesa ocorre, por exemplo, para subsidiar a participação de docentes em bancas de concurso público, bancas de defesa de mestrado ou doutorado e participação em eventos científicos. A Figura 6 apresenta a evolução dessas despesas:

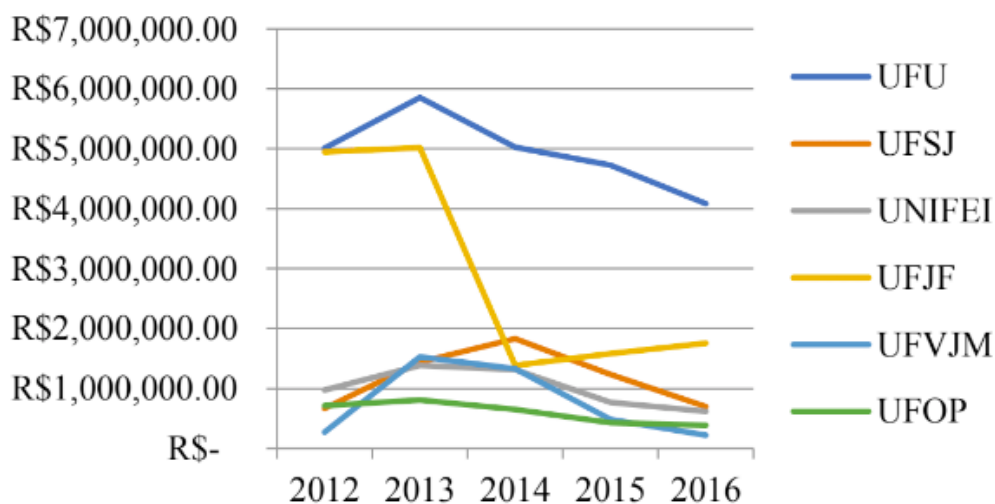


Figura 6: Passagens e Despesas com locomoção

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2013, houve crescimentos com essas despesas em comparação a 2012, destacando-se a UFVJM, com aumento de 559%, e a UFSJ, com crescimento de 216%. No ano de 2014, a única universidade a apresentar aumento foi a UFSJ (27%). As demais universidades gastaram menos que em 2013, em especial a UFJF, cuja queda foi de 72%. Em 2015, a queda com essas despesas manteve-se presente, à exceção da UFJF, que apresentou aumento de 14%. O maior decréscimo foi o de 64% na UFVJM. Já em 2016, a UFJF foi a única que apresentou crescimento nessas despesas – o gasto foi 11% maior que em 2015. A maior redução deu-se novamente na UFVJM, com uma queda de 55% em relação ao ano anterior.

4.3 Análises de Correlação

A análise de correlação objetiva identificar o grau de relação entre variáveis. Quando valores altos de uma variável associam-se a valores altos ou a valores baixos de outra variável, ocorre uma relação forte entre elas. Por outro lado, quando os valores altos de uma variável associam-se a valores baixos e altos de outra variável, há uma relação fraca, ou seja, não se pode estabelecer uma interdependência entre elas. Nesta pesquisa foi utilizado o método de Pearson para a obtenção do coeficiente de correlação linear. O coeficiente é obtido por meio da fórmula apresentada abaixo, em que x e y correspondem às variáveis analisadas:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\left[\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2 \right] \left[\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2 \right]}}$$

É por meio do coeficiente obtido que se verifica a correlação entre as variáveis. O r pode variar de -1 a 1, sendo que $r=0$ indica uma não associação entre as variáveis. Quanto mais próximo de 1, maior a correlação positiva, ou seja, maior a associação entre as variáveis; quanto mais próximo de -1, maior a correlação negativa e menor a associação. Utilizou-se a classificação de Santos (2007) para a interpretação do coeficiente de correlação:

Coeficiente de correlação	Correlação
$r = 1$	Perfeita positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca positiva
$0 < r < 0,1$	Ínfima positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Ínfima negativa
$-0,5 < r \leq -0,1$	Fraca negativa
$-0,8 < r \leq -0,5$	Moderada negativa
$-1 < r \leq -0,8$	Forte negativa
$r = -1$	Perfeita negativa

Figura 7: Classificação do coeficiente de correlação

Fonte: Santos (2007)

Primeiramente, proceder-se-á à análise de correlação das despesas totais *versus* o grupo “outras despesas corrente”. Em seguida, a análise ocorrerá entre os elementos de despesa selecionados pertencentes ao grupo “outras despesas correntes” *versus* o referido grupo. Com essa análise, que engloba o período de 2012 a 2016, pretende-se propor que a diferença entre a força de correlação de elementos de despesa do grupo “outras despesas correntes” indica um modo de gestão dos recursos em que, em razão dos aumentos ou diminuições no orçamento, priorizam-se os aumentos de recursos para determinadas elementos de despesa enquanto que, para outros, há diminuição ou estagnação.

4.3.1 Outras Despesas Correntes versus Despesas Totais

A Tabela 1 apresenta o coeficiente de correlação obtido para cada universidade analisada:

Universidade	Coeficiente de correlação	Correlação
UFJF	0,84891	Forte positiva
UFOP	0,91029	Forte positiva

UFSJ	0,97327	Forte positiva
UFU	0,89939	Forte positiva
UFVJM	0,79973	Moderada positiva
UNIFEI	0,95013	Forte positiva

Tabela 1: Despesas totais *versus* Outras despesas correntes

Fonte: elaborado pelos autores

Verificou-se que para a maioria das universidades houve uma correlação forte positiva entre o total de despesas do ano e os gastos com o grupo “outras despesas correntes”. Para a UFVJM houve uma correlação moderada positiva. Isso indica que o gasto total com o grupo “outras despesas correntes” tendeu a seguir, ano a ano, as variações no orçamento das universidades. Ou seja, nos anos em que as universidades receberam mais recursos, houve um maior gasto com o referido grupo; nos anos em que receberam menos recursos, os gastos com outras despesas correntes diminuiram.

4.3.2 Auxílio financeiro a estudantes *versus* Outras despesas correntes

O primeiro elemento de despesa analisado é o auxílio financeiro a estudantes, cuja correlação é apresentada a seguir:

Universidade	Coefficiente de correlação	Correlação
UFJF	0,79882	Moderada positiva
UFOP	-0,26803	Fraca negativa
UFSJ	0,99426	Forte positiva
UFU	0,98908	Forte positiva
UFVJM	0,96410	Forte positiva
UNIFEI	0,86581	Forte positiva

Tabela 2: Auxílio financeiro a estudantes *versus* Outras despesas correntes

Fonte: elaborado pelos autores

Em quatro das seis universidades houve uma forte correlação positiva entre o auxílio financeiro a estudantes e o total desembolsado com outras despesas correntes, indicando que o comportamento nos gastos com tais auxílios seguiu o comportamento do grupo de despesas correspondente. A UFJF apresentou correlação moderada positiva, pois em 2013 o crescimento com os auxílios a estudantes foi menor que o crescimento com outras despesas correntes, e em 2016, mesmo havendo crescimento desse grupo, registrou-se queda naquele elemento. Na UFOP houve uma correlação fraca negativa, uma vez que desde 2013 há uma diminuição progressiva nos gastos com auxílio financeiro a estudantes, comportamento este não observado nos gastos totais com o grupo “outras despesas correntes”. É possível visualizar esse comportamento

por meio das Figuras dois e três.

4.3.3 *Locação de mão-de-obra versus Outras despesas correntes*

A correlação entre o elemento “locação de mão-de-obra” e as outras despesas correntes é apresentada a seguir:

Universidade	Coefficiente de correlação	Correlação
UFJF	0,67336	Moderada positiva
UFOP	0,86426	Forte positiva
UFSJ	0,94624	Forte positiva
UFU	0,94243	Forte positiva
UFVJM	-	-
UNIFEI	0,87366	Forte positiva

Tabela 3: Locação de mão-de-obra versus Outras despesas correntes

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme esclarecido anteriormente, a UFVJM não registrou despesas com locação de mão-de-obra. Quanto às outras universidades, houve uma correlação moderada positiva na UFJF, que manteve o crescimento das despesas com locação de mão-de-obra, inclusive tendo em 2016 um gasto 50% superior a 2015, mesmo com as reduções em seu orçamento. As demais universidades apresentaram correlação forte positiva, sugerindo que nelas os gastos com esse elemento de despesa seguem as variações anuais do grupo “outras despesas correntes”.

4.3.4 *Locação de mão-de-obra versus Outras despesas correntes*

A Tabela 4 apresenta os resultados para a correlação entre as despesas com material de consumo e o grupo “outras despesas correntes”:

Universidade	Coefficiente de correlação	Correlação
UFJF	-0,73914	Moderada negativa
UFOP	0,79524	Moderada positiva
UFSJ	0,30939	Fraca positiva
UFU	-0,31128	Fraca negativa
UFVJM	0,33408	Fraca positiva
UNIFEI	-0,10999	Fraca negativa

Tabela 4: Material de consumo *versus* Outras despesas correntes

Fonte: elaborado pelos autores

A universidade com maior correlação positiva foi a UFOP, embora, ainda assim, moderada. As demais universidades não apresentaram coeficientes suficientemente fortes para que se pudesse estabelecer uma correlação entre essas despesas e o orçamento. Mesmo tendo havido oscilações no gasto com material de consumo ao longo do período, pode-se dizer que essas variações não firmaram uma relação com o total desembolsado com o grupo “outras despesas correntes”.

4.3.5 Passagens e despesas com locomoção versus Outras despesas correntes

Nenhuma das universidades apresentou uma correlação forte entre os gastos com passagens e despesas com locomoção e o grupo “outras despesas correntes”, conforme a Tabela 5:

Universidade	Coefficiente de correlação	Correlação
UFJF	-0,581514593	Moderada negativa
UFOP	-0,46381383	Fraca negativa
UFSJ	0,347207177	Fraca positiva
UFU	-0,640675145	Moderada negativa
UFVJM	0,302697093	Fraca positiva
UNIFEI	-0,157514618	Fraca negativa

Tabela 5: Passagens e despesas com locomoção *versus* Outras despesas correntes

Fonte: elaborado pelos autores

Verificou-se que os gastos com essas despesas não seguiram as variações do orçamento, tendo registrado quedas contínuas. A exceção foi na UFJF, que apresentou discreto crescimento com essas despesas a partir de 2014. A redução contínua com esses gastos, não causada necessariamente por reduções no orçamento, pode ser em decorrência da utilização de recursos tecnológicos que permitem a participação à distância de professores em eventos de localidades diversas, por meio de web conferência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou a análise das despesas de algumas das universidades federais do estado de Minas Gerais no período de 2012 a 2016, mais especificamente quanto ao grupo intitulado “outras despesas correntes” e de alguns dos elementos de despesa pertencentes a ele. Com a realização de cálculos para análises de correlação linear, auxiliadas por gráficos, propôs-se que, por meio dessas ferramentas estatísticas, seria possível identificar possíveis modos de gestão dos recursos públicos por parte das universidades, em que alguns dos elementos de despesa não seguiriam as variações do orçamento, indicando, assim, a vontade dos gestores ou a política da

instituição.

Verificou-se que os gastos com o grupo “outras despesas correntes” possui, na maioria das universidades analisadas, uma forte correlação positiva com as despesas totais do período. Desse modo, é possível que a obtenção de correlações com forças diferentes a essa, entre o referido grupo e os elementos de despesa que o compõe, indique que a diminuição ou aumento no orçamento das universidades, em determinado ano, não impactou da mesma maneira as diferentes contas de despesa.

Após as análises dos elementos de despesa, constatou-se que nenhuma das universidades selecionadas aumentou seus gastos com auxílio financeiro a estudantes quando houve diminuição em seus orçamentos, indicando que esses auxílios sofrem diretamente com as variações dos recursos. A UFOP, inclusive, diminuiu os gastos mesmo em anos de aumento de recursos. Por outro lado, os gastos com locação de mão-de-obra foram praticamente crescentes ao longo do período, mesmo quando houve queda no orçamento, demonstrando-se, conforme a proposta apresentada neste trabalho, uma predileção por esse elemento de despesa em detrimento de outros. Outro exemplo é quanto aos gastos com passagens e despesas de locomoção, que, ao contrário da locação com mão-de-obra, diminuíram ao longo do período, também não acompanhando as variações do orçamento.

Do mesmo modo, os gastos com material de consumo não indicaram correlações significativas com o total desembolsado. Em algumas universidades, esse elemento de despesa registrou queda mesmo com o aumento nos gastos com o grupo a que pertence. Em alguns anos, porém, foram registrados aumentos de gasto com material de consumo mesmo com a diminuição das despesas totais. Outra situação verificada foi a da UFJF, cujos gastos com material de consumo mantiveram-se praticamente constantes. Possivelmente, essas diferenças indicam os tratamentos diversos dados pelas universidades a essa despesa, quanto, por exemplo, à sua gestão de compras ou ao controle dos materiais de consumo. No caso da UFJF, pode indicar ainda uma possível estagnação dos serviços prestados, de modo que o consumo de materiais manteve-se quase fixo. Não se pode deixar de descartar também o impacto de possíveis implementações de sistemas eletrônicos de informação, que proporcionaram a redução dos materiais consumidos, ou mesmo políticas de reuso de materiais ou outras medidas “sazonais” que poderiam impactar durante algum tempo na utilização dos materiais.

Assim, é plausível que a análise de correlação aplicada às despesas das universidades federais seja utilizada na identificação de padrões e de modos de gestão dos recursos. Contudo, são necessários desdobramentos deste estudo. Sugere-se, para trabalhos futuros, que se aponte até que ponto vai a discricionariedade na gestão financeira e orçamentária por parte das universidades, analisando-se a origem dos recursos dos elementos de despesas selecionados nesta pesquisa e identificando possíveis despesas vinculadas que, nesse caso, representariam a vontade da administração direta, e não necessariamente das universidades. Além disso, sugere-

se a realização de investigações quanto às possíveis causas que ensejaram as variações percebidas, bem como a expansão das análises para os demais elementos de despesa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 18 ed. São Paulo: Método, 2010.

ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. **Revista do Serviço Público**. Brasília, Ano 50, n. 1, p. 37-63, Jan-Mar, 1999.

BALEEIRO, Aliomar. **Introdução à ciência das finanças**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 17/07/2018.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em 07/06/2018.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 17/07/2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 17/07/2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9 ed. São Paulo: Manole, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FREITAS, Ernani C.; PRODANOV, Cleber C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. Disponível em <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 17/07/2018.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação brasileira: indicadores e desafios**. Brasília, 2013. Disponível em http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacao_brasileira_indicadores_e_desafios.pdf. Acesso em 17/07/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MENDES, Marcos J. Sistema orçamentário brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do

gasto público. **Textos para discussão**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-39-sistema-orcamentario-brasileiro-planejamento-equilibrio-fiscal-e-qualidade-do-gasto-publico>. Acesso em 17/07/2018.

MENDES, Sérgio. **Administração financeira e orçamentária**. 5 ed. São Paulo: Método, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da educação superior 2013**. Brasília, 2017. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em 17/07/2018.

_____. **O que é contingenciamento?** Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-contingenciamento>. Acesso em 17/07/2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Manual Técnico do Orçamento 2017**. 1 ed. Brasília, 2017. Disponível em http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf. Acesso em 17/07/2018.

PALUDO, Augustinho V. **Administração Pública**. 4 ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.

_____. **Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.

PIRES, José S. D. B.; MOTTA, Waldir F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. **Enforque Reflexão Contábil**. Maringá, vol. 25, n. 2, p. 16-25, Mai-Ago, 2006.

SANTOS, Carla. **Estatística Descritiva - Manual de Auto-aprendizagem**. Lisboa: Sílabo, 2007.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-306-4

